

Biografia Preta

Documento Educacional para Apoio ao Professor

Documento educacional - João Cândido

Gerado em: 14/04/2026, 23:32:30 | Versão pipeline: 1

Com base no documento de pesquisa fornecido, aqui está o documento educacional sobre João Cândido Felisberto.

BLOCO 1 — Quem foi João Cândido Felisberto

João Cândido Felisberto não foi um herói de estátua. Foi um homem negro, filho de pessoas escravizadas, que nasceu em uma república recém-fundada que prometia liberdade, mas entregava a continuidade da violência. Aos 14 anos, ingressou na Marinha do Brasil, uma instituição que, em 1910, ainda usava a chibata para disciplinar seus marinheiros — uma prática herdada diretamente do sistema escravocrata para controlar corpos predominantemente negros e pobres. João Cândido não se conformou.

Em novembro de 1910, como resposta à punição brutal de um colega com 250 chibatadas, ele liderou um dos levantes mais impressionantes da história do Brasil. Assumindo o comando dos mais poderosos navios de guerra do país, o "Almirante Negro", como foi apelidado, apontou os canhões para a capital federal, o Rio de Janeiro. Sua exigência não era por poder, mas por dignidade: o fim imediato e definitivo dos castigos corporais. Ele negociou, obteve a promessa de uma lei e uma anistia, e encerrou a revolta sem disparar contra a cidade.

A vitória, no entanto, foi o começo de uma perseguição que duraria o resto de sua vida. Traído pelo governo, foi preso, expulso da Marinha e lançado em um ostracismo que o levou à pobreza, vendendo peixe para sobreviver. Sua história é a crônica de uma luta por direitos básicos, do poder da resistência organizada e da crueldade com que o Estado brasileiro pode se voltar contra aqueles que ousam desafiar suas estruturas racistas. Décadas após sua morte, ele seria anistiado postumamente, mas sua memória continua em disputa.

Como uma nação pode, ao mesmo tempo, celebrar o fim de uma prática bárbara e punir o homem que o tornou inevitável?

BLOCO 2 — Contexto histórico

A vida de João Cândido (1880-1969) atravessou um Brasil em profunda transformação e, ao mesmo tempo, estagnado em suas hierarquias. A Revolta da Chibata, em 1910, ocorreu apenas 22 anos após a abolição da escravidão. Para a população negra, a liberdade formal não significou cidadania plena. Pelo contrário, o racismo científico ganhava força e o Estado implementava políticas para marginalizar e excluir sistematicamente os ex-escravizados e seus descendentes do acesso à terra, à educação e a trabalhos dignos.

A Marinha de Guerra do Brasil era um microcosmo dessa sociedade. Enquanto os postos de oficialato eram reservados à elite branca, as posições de baixa patente eram preenchidas por homens pobres, em sua vasta maioria negros e mulatos. Para estes homens, a disciplina não era regulada pela lei republicana, mas pela violência da chibata, uma continuação direta da lógica da senzala dentro de uma instituição estatal. O código disciplinar era a expressão máxima do racismo estrutural: em um país que se pretendia moderno, homens negros a serviço do Estado ainda eram açoitados como no período colonial.

O levante ocorreu durante a presidência de Hermes da Fonseca, em uma República Oligárquica dominada por elites agrárias e pouco afeita a demandas populares. O medo que a revolta inspirou na elite carioca não era apenas militar, mas racial. A imagem de homens negros, liderados por João Cândido, controlando a mais alta tecnologia bélica da época e ditando termos ao governo, era uma inversão inaceitável da ordem social e racial que sustentava o poder no Brasil.

BLOCO 3 — Contribuições em detalhe

A principal contribuição de João Cândido Felisberto está concentrada em sua liderança na Revolta da Chibata, um evento que pode ser desdobrado em ações estratégicas de grande impacto.

O Catalisador e a Organização: A revolta não foi um ato impulsivo. Era planejada há meses, em resposta a anos de abusos. O gatilho foi a punição bárbara do marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes, sentenciado a 250 chibatadas em 21 de novembro de 1910. A brutalidade do castigo, que na prática era uma sentença de morte, unificou a tripulação. Na noite de 22 de novembro, os marinheiros se sublevaram. Embora não fosse o organizador inicial, a competência técnica e a reputação de João Cândido como o timoneiro mais experiente da frota fizeram com que ele fosse escolhido por aclamação para ser o comandante-em-chefe da esquadra revoltada.

O Comando e a Demonstração de Força: Assumindo o controle, a primeira ação de João Cândido foi cessar a violência interna e impor disciplina ao movimento. Sob seu comando, os revoltosos tomaram o controle dos mais modernos navios da Marinha, incluindo os encouraçados Minas Gerais e São Paulo — na época, entre os mais poderosos do mundo. Por quatro dias, ele manteve a frota apontada para o Rio de Janeiro, uma demonstração de poder inquestionável. Este ato não era apenas uma ameaça militar; era um ato político, enquadrado na luta histórica do povo negro por dignidade. Um filho de ex-escravizados usava as armas do Estado para exigir que o Estado o tratasse como cidadão.

A Negociação e a Conquista: Em vez de bombardear a cidade, João Cândido usou o telégrafo. Enviou um ultimato claro e conciso ao presidente Hermes da Fonseca: o fim dos castigos corporais e a anistia para todos os envolvidos. Sua liderança transformou um motim em uma negociação política. Pressionado e sem resposta militar à altura, o governo cedeu. O Congresso Nacional aprovou, em tempo recorde, uma lei que abolia os castigos físicos na Marinha e prometia anistia aos revoltosos. A conquista foi concreta e institucional: uma prática de violência racial, legalizada dentro das Forças Armadas por séculos, foi extinta pela ação direta de suas vítimas.

O Preço da Vitória: O legado de João Cândido também inclui o que aconteceu depois. O governo traiu o acordo. Dias após a revolta, um decreto permitiu a expulsão dos marinheiros. João Cândido e outros líderes foram presos. Muitos de seus companheiros morreram na prisão em condições desumanas. Ele sobreviveu à prisão e à tuberculose contraída no cárcere, mas foi marcado para o resto da vida pela perseguição estatal, vivendo no ostracismo e na pobreza. Sua trajetória expõe o mecanismo duplo do racismo: a violência da chibata e, depois, a violência do apagamento e da perseguição para quem ousa se rebelar.

BLOCO 4 — Por que isso importa hoje

A história de João Cândido Felisberto ressoa diretamente nos debates mais urgentes do Brasil contemporâneo. A luta contra a violência estatal que vitimiza corpos negros não terminou em 1910. A discussão sobre brutalidade policial e militar, o encarceramento em massa e a seletividade do sistema de justiça são continuações do mesmo conflito que o Almirante Negro enfrentou. A recusa da Marinha do Brasil, ainda hoje, em reconhecê-lo como herói, mesmo após uma lei de anistia, revela como as instituições podem perpetuar o racismo ao se negarem a revisar suas próprias histórias de violência.

O ciclo de reconhecimento e apagamento de João Cândido é um espelho de como a memória negra no Brasil é disputada. Primeiro, silenciado pela história oficial por quase 50 anos; depois, resgatado por movimentos sociais e artistas como símbolo de resistência; e, finalmente, reconhecido tardiamente pelo Estado com uma anistia póstuma. Estudar sua vida é entender que a história não é um conjunto de fatos neutros, mas um campo de batalha onde narrativas são impostas, silenciadas e redescobertas. A luta de João Cândido pela dignidade em 1910 continua na luta de hoje pelo direito à memória e à justiça.

Aplicação pedagógica:

* Referência legal: A trajetória de João Cândido é um conteúdo essencial para o cumprimento da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Sua história permite abordar temas como resistência negra, racismo institucional e a luta por direitos civis no Brasil republicano.

* Disciplinas:

* História: Para estudar a Primeira República, as relações raciais pós-abolição e os movimentos

sociais.

* Sociologia: Para analisar conceitos como racismo estrutural, violência de Estado e poder institucional.

* Filosofia: Para debater noções de justiça, direito à rebelião e dignidade humana.

* Literatura e Artes: Para analisar a construção de sua memória em obras como a música "O Mestre-Sala dos Mares", de Aldir Blanc e João Bosco.

* Faixa etária recomendada: A partir do 8º ano do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A complexidade dos temas — violência de Estado, traição política, racismo institucional e justiça histórica — exige maturidade para uma discussão aprofundada.

* Sugestão de atividade: Análise de Fontes Conflitantes. Apresentar aos alunos dois textos curtos: 1) um trecho da declaração oficial da Marinha que descreve a revolta como um "reprovável exemplo de conduta" e 2) a letra da canção "O Mestre-Sala dos Mares", que o trata como herói. Pedir que os alunos, em grupos, analisem: Quem escreveu cada texto? Qual o objetivo de cada um? Por que a mesma pessoa pode ser vista como vilão por uma instituição e herói pela cultura popular? A atividade visa desenvolver o pensamento crítico sobre a construção de narrativas históricas.

* Pergunta geradora: A anistia concedida a João Cândido em 2008, 39 anos após sua morte, reparou a injustiça que ele sofreu? Se a justiça chega apenas para os mortos, ela ainda pode ser considerada justiça?

BLOCO 5 — Para ir mais fundo

Livros:

* Morel, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Editora Pallas, (Múltiplas edições, originalmente 1959).

Artigos em acesso aberto:

* Nascimento, Álvaro Pereira do. "Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: a construção de um herói nacional". *Revista Brasileira de História*, SciELO Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/bmBQ5vdP3SFRDSPk7ZSGH9f/?lang=en>

Fontes primárias:

* Fundação Cultural Palmares. "João Cândido, o Almirante Negro, um Herói Nacional!". Artigo institucional do Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/artigos-institucionais/artigo-50.pdf>

BLOCO 6 — Notas do pesquisador

* Nível de confiança geral: ALTO. A trajetória de João Cândido e os eventos da Revolta da Chibata são bem documentados por fontes acadêmicas, governamentais e jornalísticas, com alto grau de convergência sobre os fatos principais.

* Lacunas documentais:

* A duração exata da prisão de João Cândido na Ilha das Cobras não é precisa nas fontes, embora se saiba que durou vários meses e resultou em grave deterioração de sua saúde.

* A natureza e cronologia de uma suposta aproximação de João Cândido com a Ação Integralista Brasileira, um movimento de extrema-direita, é mencionada em estudos historiográficos como uma complexidade frequentemente apagada, mas carece de documentação detalhada nas fontes consultadas.

* A identidade e o destino da maioria dos outros líderes presos com ele permanecem em grande parte anônimos.

* Natureza da escassez de fontes: APAGAMENTO HISTÓRICO. O fato de a revolta só ter sido nomeada e consolidada na historiografia em 1959, 49 anos após o ocorrido, é uma evidência clara de um apagamento institucional deliberado. A perseguição a João Cândido por quase cinco décadas visava silenciar não apenas o homem, mas sua história. A escassez de detalhes sobre certos períodos de sua vida é uma consequência direta desse processo.

* Controvérsias historiográficas:

* A Liderança da Revolta: Embora João Cândido seja a figura central, estudos apontam que a conspiração original tinha outras lideranças, e sua ascensão a comandante-em-chefe se deu no calor do evento.

- * A Complexidade do Herói: A menção a uma possível ligação com o integralismo desafia narrativas simplificadas e heroicas, um ponto que a historiografia mais crítica busca investigar para evitar a criação de um símbolo unidimensional.
- * O Conflito de Memória: A principal controvérsia é contemporânea: a Marinha do Brasil continua a se recusar oficialmente a reconhecer o heroísmo de João Cândido, mesmo após a anistia legal de 2008, mantendo um conflito aberto entre a memória do Estado e a memória dos movimentos sociais.
- * Observações para uso pedagógico: É fundamental tratar João Cândido como um ser humano complexo, não como um santo ou mártir. A incerteza sobre sua possível ligação com o integralismo não deve ser ignorada, mas usada como uma oportunidade para discutir como as trajetórias de vida são complexas e como as narrativas históricas muitas vezes simplificam essa complexidade. A contradição entre a anistia legal e a recusa da Marinha em reconhecê-lo é uma ferramenta pedagógica poderosa para discutir os limites da reparação e a persistência do racismo institucional.

Documento produzido pela Equipe Biografia Preta

com base em pesquisa verificada.

Nível de confiança da pesquisa: ALTO

Data de produção: 24 de maio de 2024

Versão: 1.0

Mensagem da Biografia Preta

Aprofunde sua aula com as biografias e jogos da Biografia Preta.

Documento produzido pela Equipe Biografia Preta com base em pesquisa verificada.

Contato: contato@biografiapreta.com.br

Links: <https://biografiapreta.com.br>